## COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

## **REQUERIMENTO Nº, DE 2023**

(Do Senhor Bibo Nunes)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o não envio e possível destruição das imagens dos atos do dia 8 de janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e nos termos do artigo 219 inciso I, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a não divulgação e a cogitada destruição das imagens do Ministério da Justiça relacionadas aos atos ocorridos no dia 8 de janeiro, o que possibilita o acobertamento ativo de evidências de irregularidades praticadas na supracitada data, impedindo a plena comunicação da verdade dos fatos ocorridos à sociedade.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Ministro afirma que remeteu à CPI do 8 de janeiro somente as imagens consideradas importantes pela Polícia Federal, tratando-se apenas das imagens de 4 (quatro) câmeras de segurança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo que existem ao todo 185 (cento e oitenta e cinco).





Acontece que o Ministro, objeto do presente Requerimento, é o superior hierárquico da Polícia Federal, ou seja, foi ele quem determinou quais imagens deveriam ser consideradas importantes, deletando as demais que não tinham interesse para ele.

A explicação do Ministro é a de que os registros simplesmente se perderam, porque é preciso liberar espaço periodicamente para novas gravações. Ademais aduz que o procedimento de apagar imagens antigas estaria previsto no contrato com a empresa responsável pela manutenção do circuito interno do palácio.

Examinamos contudo, que o contrato com a empresa não tem nenhuma regra específica a respeito de prazos após os quais os registros podem ser deletados<sup>1</sup>.

Oras, um fato de relevância nacional, objeto de investigação pelo Parlamento e pelo Judiciário **deveria ter sido arquivado a sete chaves com vários backups**. Beira a uma brincadeira de colegial, de mal gosto, essa explicação do Exmo. Sr, Ministro. Lamentável!

Com essa conduta, ele descumpriu ordem emitida por uma CPI, que é composta por representantes eleitos da população, que tem o direito de acessar todas as informações desejadas – um dos pilares democráticos.

Ao agir assim, também comete crime de responsabilidade contra a segurança interna do país, além de crime de fraude processual<sup>2</sup>, de impedimento ou embaraço à investigação de infração penal<sup>3</sup> e de **extraviar**,

<sup>3 &</sup>lt;a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm</a> - Art. 2º,§1º da Lei 12.850/2013.





<sup>1</sup> https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/flavio-dino-cameras-ministerio-justica/

<sup>2</sup> https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/decreto-lei/del2848compilado.htm - Art. 347 do

sonegar ou inutilizar documento, como vídeos, de que tem a guarda em razão do cargo<sup>4</sup>.

Cumpre destacar que os crimes de responsabilidade, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até 5 (cinco) anos, para o exercício de qualquer função pública, além de não excluir a instauração de processo por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis do processo penal.<sup>5</sup>

Diante de todos estes fatos, é imperioso o comparecimento do Ministro para que preste os devidos esclarecimentos sobre as suas condutas de cerceamento das informações contidas nas câmeras.

Tais imagens ajudarão a sociedade a aferir se o governo e seus responsáveis utilizaram-se de todas as medidas para conter os abusos de 8 de janeiro, não cometendo assim, crime de responsabilidade ou crime comum, bem como demonstrando que não estão acobertando responsabilidades de terceiros criminosos.

Esta Comissão Permanente de Comunicação, pela sua competência, deve estar informada de todas as informações. Assim por ser medida urgente de esclarecimentos, é que solicito aos Colegas Parlamentares a discussão e a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2023.

**Bibo Nunes** Deputado Federal PL-RS

<sup>5</sup> https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l1079.htm - Art. 2º e 3º da Lei 1079/1950.





<sup>4 &</sup>lt;a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil">https://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/decreto-lei/del2848compilado.htm - Artigo 314 do CP